



Barbosa discute projeto que prevê déficit maior

Ministro da Fazenda participa de audiência pública hoje no Senado para debater a crise econômica e a proposta que o governo enviou ontem ao Congresso para ampliar a margem do déficit em 2016, que pode chegar a R\$ 96,6 bilhões

O ministro da Fazenda deve explicar hoje aos senadores da Comissão de Assuntos Econômicos, entre outros pontos de debate sobre a situação econômica do país, a proposta que o governo

encaminhou ontem ao Congresso para alterar a Lei de Diretrizes Orçamentárias deste ano, sancionada em fevereiro. O novo projeto prevê que o rombo fiscal nas contas de 2016 possa ser de até R\$ 96,6 bilhões, o que

equivale a 1,5% do produto interno bruto. O texto também contém uma cláusula, segundo Nelson Barbosa, que permite ao governo incluir na conta as perdas com a renegociação da dívida dos estados com a União. **3**

CMO pode analisar contas do governo **7**

Ministro da Ciência fala hoje sobre programas **6**

ONG pede criação de cotas para negros em bancos

Em audiência no Senado, o diretor-executivo da ONG Educafro, frei David Santos, afirmou que é muito baixo o número de negros que trabalham em bancos. De acordo com dados apresentados por ele,

apenas 16% dos bancários da cidade de São Paulo são negros. O religioso defendeu a criação de cotas raciais nos bancos, a exemplo da reserva de vagas nas universidades e no serviço público. **6**



O dirigente da ONG Educafro, frei David Santos, fala na audiência pública, que foi presidida pelo senador Paulo Paim (2º à esq.).

Pedro França/Agência Senado

Observatório da Mulher busca reduzir violência **2**

Plenário deve votar regras para uso do FGTS no Minha Casa, Minha Vida

As votações no Plenário devem começar pelas duas medidas provisórias que trancam a pauta. A primeira mudou as regras para financiamentos

de programa habitacional. A segunda MP disponibilizou R\$ 1,318 bilhão para ministérios, secretarias e transferências para municípios. **3**

Comissão sugere aprimorar o Código Tributário



Marcos Oliveira/Agência Senado

Os juristas da Comissão da Desburocratização concluíram a proposta de mudanças no Código Tributário Nacional e agora devem consolidar o texto para apresentar ao Senado em 4 de abril. Também foram discutidas mudanças no processo administrativo fiscal. **7**

Juristas concluem proposta que deve ser apresentada ao Senado em abril

Senadores debatem pedido de impeachment

Alternando-se em discursos na tribuna do Plenário, senadores da base governista e da oposição repercutiram a possibilidade de abertura do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff. **8**



Pedro França/Agência Senado

Código de Trânsito faz 18 anos ainda sem diminuir mortes

Em vigor desde 1998, o Código de Trânsito Brasileiro trouxe inovações como o reconhecimento de que as ruas são para todos: automóveis, ciclistas e pedestres. Mas a falta de ações pela mobilidade e

a alta taxa de acidentes ainda desafiam a legislação. Estudo mostra o Brasil como 4º país do mundo em número absoluto de mortes no trânsito. Senadores têm propostas para aumentar a segurança. **4 e 5**

Embora o código preveja a proteção aos ciclistas, ausência de políticas adequadas ameaça quem se arrisca a ir às ruas de bicicleta

Senado fortalece combate à violência contra a mulher

Segundo a senadora Simone Tebet, criação do Observatório da Mulher, que reunirá dados sobre a violência de gênero no país, vai ajudar no planejamento de ações para enfrentar o problema

O SENADO PODE se tornar uma referência na consolidação de informações sobre a violência contra mulher. Essa é a expectativa da senadora Simone Tebet (PMDB-MS), autora de dois projetos de resolução aprovados na terça-feira passada pelo Plenário. O primeiro (PRS 64/2015) cria, no âmbito do Senado, o Observatório da Mulher contra a Violência. O segundo (PRS 65/2015) confere ao Instituto DataSenado o papel de auxiliar nas pesquisas e levantamentos sobre o tema que fundamentem as políticas públicas no país. A seguir, entrevista com a senadora, que preside no Congresso a Comissão Mista de Combate a Violência Contra a Mulher.



“Sem informação, não tínhamos como avançar”, diz Simone

Como vai funcionar o Observatório?

O Observatório terá a função de reunir e sistematizar as estatísticas oficiais sobre a violência contra a mulher. Também vai estudar a situação, analisar e produzir relatórios, além de elaborar e coordenar projetos de pesquisa sobre as políticas de prevenção, de atendimento às vítimas e de combate à violência. Os dados vão subsidiar a Procuradoria Especial da Mulher do Senado e a Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Como surgiu a iniciativa?

Sem informação, não tínhamos como avançar. Se temos pouco tempo, pouca energia e pouco dinheiro, temos que focar, tentando direcionar esse recurso, essa energia, para o setor mais necessário, e não tínhamos elementos para isso. O que me fez pensar no Observatório foi nós já termos um DataSenado, que agora como um instituto, passa a ser um banco de dados universal unificado, confiável e oficial do Brasil em relação a questão da violência contra a mulher. Percebemos muitas perguntas, pouquíssimas respostas e talvez uma ou duas certezas. A primeira certeza é que os nossos filhos, os meninos, não nascem com o DNA da violência. Eles aprendem dentro de casa, às vezes com um pai violento, ou fora de casa, na escola, na rua ou com a sociedade. E a segunda certeza é que não tínhamos estatísticas confiáveis.

Qual será o papel do DataSenado neste processo?

O DataSenado atuará como parceiro contra a violência contra a mulher. Não acredito que tenha em nenhuma república no globo terrestre um Senado com um instituto de pesquisa que vá, a partir de agora, fazer um um banco de

dados unificado e confiável, para levantarmos realmente as estatísticas da violência contra a mulher.

Com os dados reunidos, o que poderá ser feito?

Nós vamos unir, estudar e avaliar esses dados. E vamos entregar as informações para serem estudadas nas faculdades e utilizadas para políticas públicas mais certeiras nos municípios, nos estados e no governo federal. Isso é um embriãozinho. Essa ideia pode gerar frutos inimagináveis, nós podemos ser referência no mundo.

Qual resultado os dados podem trazer?

Contribuir para prevenir, punir e erradicar esse mal, essa barbárie que acontece dentro e fora de casa. A violência contra a mulher é uma mancha na nossa história. Uma em cada quatro mulheres sofreu, sofre ou sofrerá algum tipo de violência na vida adulta. A ideia [do Observatório] surgiu assim, quando eu vi uma estatística que me assustou: uma pesquisa confiável revelou que aumentou em mais de 50% a violência contra a mulher negra nos últimos dez anos e diminuiu em 9% a violência contra a mulher branca. Esse dado é fundamental.

A violência contra a mulher é uma questão cultural?

Eu acredito que [o Observatório] vai mostrar. Eu tenho convicção de que é uma questão cultural. O que nós queremos é, além de direcionar as políticas públicas mais eficientes no combate, na punição e na erradicação, que esses números também mostrem a importância do trabalho preventivo, a importância de se focar dentro das escolas, desde a pré-escola, na importância de se saber que homens e mulheres nascem

iguais, que não há diferença. Não pode haver diferença salarial. O menino tem que respeitar a menina, que em mulher não se bate nem com uma flor. Nós somos, sim, fisicamente mais frágeis, e por isso não se pode sair na briga com uma menina. Então são questões simples como essas. Mostrar ao jovem que aquilo que às vezes ele vê dentro de casa não é o certo, e trabalhar para que ele não se torne um adulto violento.

Empoderar a mulher também seria uma estratégia para acabar com a violência?

Quando a mulher com uma condição econômica maior apanha, ela rompe esse ciclo mais rapidamente. Ela apanha uma vez, pode até ser que ela perdoe uma vez, mas ela não perdoa uma segunda vez. Se não for um relacionamento mais doentio ou que envolva uma questão psicológica, ela rompe mais rapidamente. E não é por uma questão de amor, não é que ela ame menos que uma pessoa mais pobre. É que ela sabe que vai ter onde levar seus filhos, se ela sair de casa ou se ela expulsar o companheiro. Já a mulher mais humilde vai pensar: “Como vou criar meus filhos, mesmo que não seja eu, que seja ele a sair de casa? Quem é que vai nos sustentar? Eu vou morar onde com os meus filhos?” E ela aguenta essa violência pensando acima de tudo nos filhos, para evitar uma violência diferente em relação a eles. O empoderamento da mulher, em todos os sentidos, na iniciativa pública, na iniciativa privada, nos cargos de direção, faz com que ela tenha uma renda salarial, uma autonomia econômica. O que faz com ela dê esse passo mais rapidamente.

Leia a entrevista completa em <http://bit.ly/simonetebet>

Conselho de Ética pode ouvir hoje filho de Nestor Cerveró

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar marcou para hoje, às 14h30, reunião destinada a ouvir três testemunhas no processo disciplinar contra o senador Delcídio do Amaral (PT-MS): Bernardo Cerveró, filho do ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró, o advogado Edson Ribeiro e o ex-chefe de gabinete de

Delcídio, Diogo Ferreira. A convocação foi pedida pelo relator do processo, senador Telmário Mota (PDT-RR).

Ele explicou que os convocados não são obrigados a vir testemunhar, mas que esses procedimentos são úteis para instruir o processo e assegurar a Delcídio amplo direito de defesa.

Alteração no regimento muda forma de apresentar destaques

O Plenário aprovou na quarta-feira projeto de resolução que altera o Regimento Interno do Senado, estabelecendo o número de requerimentos de destaques (para votação de emendas a projetos em análise) que podem ser apresentados pelas bancadas. A proposta seguiu para promulgação.

O texto aprovado foi o do relator, Jorge Viana (PT-AC), mas o projeto original (PRS 12/2015) é de Ronaldo Caiaido (DEM-GO). As bancadas com 3 a 8 senadores poderão apresentar 1 destaque, independentemente de aprovação pelo Plenário; com 9 a 14 senadores, 2 destaques; e acima de 14 senadores, 3 destaques.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



CCT Celso Pansera

8h45 Audiência pública interativa com o ministro da Ciência e Tecnologia para debater prioridades da pasta. Depois a comissão analisa requerimento.

CDH Embaixador da Suécia

9h A comissão recepciona o embaixador da Suécia no Brasil, Per-Arne Hjelmborn.

CMA Cancelamento de serviço

9h30 O PLC 131/2015, que inclui como direito do assinante a possibilidade de cancelamento dos serviços de TV por assinatura pessoalmente ou pela internet, é um dos projetos na pauta da comissão.

MP 701/2015 Crédito à exportação

10h Audiência pública interativa para debater medida provisória sobre o Seguro de Crédito à Exportação.

CAE Nelson Barbosa

10h Audiência interativa com o ministro da Fazenda para discutir perspectivas da política econômica brasileira. Depois, a comissão analisa projetos como o PRS 13/2016, que reabre prazo para que o Paraná contrate operação de crédito externo.

SENADO DO FUTURO Requerimentos

10h30 A comissão se reúne para analisar requerimentos.

CE Alunos com deficiência

11h30 A Comissão de Educação analisa o PLS 45/2015, sobre cobrança de taxa adicional para aluno com deficiência.

CMO Contas do governo

14h A Comissão Mista de Orçamento pode votar as contas do governo de 2014.

PLENÁRIO Medidas provisórias

14h Duas MPs trancam a pauta. Caso da 698/2015, que muda regras de financiamento do Minha Casa, Minha Vida.

MP 705 Educação infantil

14h30 Debate interativo sobre a MP que trata do apoio da União aos municípios e ao DF na educação infantil.

CONSELHO DE ÉTICA Depoimentos

14h30 O conselho ouve testemunhas no processo contra Delcídio do Amaral.

PARLASUL Isenção de tarifa

14h30 A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul analisa o PL 3.046/2011, sobre isenção da tarifa aeroportuária.

PRESIDÊNCIA Sessão conjunta

16h Renan Calheiros preside a ordem do dia. Às 19h, sessão conjunta do Congresso.

CONGRESSO Análise de vetos

19h Sessão do Congresso para votação dos Vetos 53 a 64/2015 e 1 a 4/2016.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Barbosa debate hoje nova proposta de deficit

Ministro da Fazenda vai explicar projeto do governo que muda Lei Orçamentária para permitir deficit de até R\$ 96,6 bilhões. Texto inclui perdas da renegociação da dívida dos estados com a União

O MINISTRO DA Fazenda, Nelson Barbosa, vai discutir a crise econômica em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Autor do requerimento de convite a Barbosa, o senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) classificou como preocupante o ritmo do processo de deterioração da economia e das finanças públicas.

Um dos pontos a serem debatidos deverá ser a proposta de readequação fiscal para 2016 que o governo encaminhou ontem ao Congresso, por meio de projeto de lei. O texto altera a Lei 13.242/2015, sancionada em fevereiro, que dispõe sobre diretrizes para elaborar a Lei Orçamentária de 2016 (LDO).

Com a nova proposta, o deficit público poderá chegar a R\$ 96,65 bilhões, o equivalente a 1,55% do produto interno bruto (PIB). A previsão anterior era de R\$ 60,2 bilhões.

O ministro da Fazenda explicou que o projeto também inclui cláusula para incorporar os efeitos do alongamento da dívida dos estados com a União.

Com a crise, avalia Ferraço, o Banco Central já sofre limitações para executar a política de controle inflacionário, devido ao endividamento excessivo do país. Segundo o senador, a tese da dominância fiscal (quando o Estado não consegue gerar receitas suficientes para financiar seus gastos) está cada vez mais forte.

— Corremos o risco de conviver novamente com monstros do passado, como a indexação e as elevadas taxas de inflação — advertiu.

De acordo com o senador, a recessão econômica é a maior desde 1901, quando foi iniciada a série com dados do PIB. A face mais perversa da crise, no entendimento de Ferraço,



Nelson Barbosa participará de audiência da Comissão de Assuntos Econômicos que vai discutir crise e finanças públicas

é o desemprego. Apenas nos últimos 12 meses, 2,7 milhões de pessoas perderam o emprego, disse.

Votações

Após a audiência, a CAE fará uma sessão deliberativa para votar cinco itens. Entre eles,

a mensagem da presidente da República que solicita autorização para contratar operação de crédito externo, com a garantia da União, no valor de US\$ 59 milhões, entre o município de São Bernardo do Campo, em São Paulo, e o Banco Interamericano de

Desenvolvimento (BID).

Os recursos destinam-se ao financiamento parcial do programa de fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) da cidade.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Novas regras para uso do FGTS no Minha Casa trancam pauta do Plenário

O Plenário começa a semana com a pauta trancada por duas medidas provisórias. Também podem ser votados projetos sobre microempreendedorismo e redução da máquina pública.

Abre a pauta de votações o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 3/2016, proveniente da MP 698/2015, que mudou as regras do Programa Minha Casa, Minha Vida em relação aos financiamentos com recursos do FGTS. A medida assegura que, se os beneficiários do programa não quitarem as prestações dos imóveis que serão construídos com recursos do FGTS, o Tesouro Nacional fará a compensação.

As regras anteriores à MP exigiam um tipo de garantia específica para o uso de recursos do FGTS. Por isso, será necessário que o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) garanta o risco de crédito no financiamento imobiliário ao agente financeiro, mas em favor do beneficiário. A MP perde a validade na quinta-feira.

Outro projeto que tranca a pauta é o PLV 5/2016 (originado da MP 709/2015) que disponibilizou R\$ 1,318 bilhão para os Ministérios da Saúde, da Agricultura, da Defesa, da Integração Nacional, da Cultura, do Turismo e do Esporte e para as Secretarias de Aviação Civil e de Portos, além de ter promovido transferências a estados e municípios.

Os recursos vão para o combate ao *Aedes aegypti*, o fomento agropecuário, o Programa Farmácia Popular e a transposição do Rio São Francisco. As transferências para estados e municípios são para recomposição de pagamentos referentes à Lei Kandir.

Microempreendedor

Também pode ser votado o PLC 167/2015 — Complementar, do deputado Mauro Mariani (PMDB-SC), que permite ao microempreendedor individual usar a própria residência como sede do negócio, quando não for indispensável a existência de local próprio para o exercício da atividade.

Os senadores podem votar ainda a PEC 110/2015, que restringe a quantidade de cargos em comissão. Do senador Aécio Neves (PSDB-MG), a proposta visa reduzir a máquina pública e torná-la mais eficiente e qualificada tecnicamente, estabelecendo o critério da meritocracia e a realização de concurso público para preenchimento de parte dos cargos comissionados — 50% dos quais terão que ser ocupados por servidores do quadro efetivo da instituição.

Pelo texto, o número de cargos em comissão não poderá superar, em cada órgão, 10% do número de cargos efetivos no caso da União, dos estados e do Distrito Federal e de 15%, no caso dos municípios.

Congresso pode analisar 16 vetos presidenciais

O Congresso marcou para hoje, às 19h, uma sessão conjunta para a votação de 16 vetos presidenciais. A reunião deve deliberar sobre dispositivos vetados na chamada Lei da Repatriação (Lei 13.254/2016), que permite a reinternação no país de recursos enviados ao exterior. Também constam da pauta vetos parciais em matérias orçamentárias, no marco legal da ciência e tecnologia e na anistia a policiais militares que participaram de greve.

Ao todo, foram vetados 12 dispositivos previstos no PLC 186/2015, aprovado pelo Senado em dezembro. Um deles é o que permitia o retorno ao Brasil de objetos enviados de forma lícita, mas não declarada, como joias e obras de arte.

Outro veto eliminou do texto a possibilidade de parcelamento do pagamento da multa. Dilma rejeitou ainda o trecho que permitia o regresso de recursos no exterior que estão no nome de terceiros.

O VET 4/2016 também removeu do texto um dos pontos que mais geraram polêmica: a previsão de que só estaria proibido de aderir ao regime de repatriação quem tivesse sido definitivamente condenado pela Justiça. O veto é resultado de acordo do governo com Walter Pinheiro (PT-BA), relator no Senado. Ele fez mudanças na redação que permitiram ao governo vetar a expressão “transitado em julgado”, o que proíbe a adesão ao programa de pessoas que tenham conde-

nação em qualquer instância.

Outra parte da Lei da Repatriação que foi vetada garantia que a multa aplicada na repatriação fosse destinada a estados e municípios. Na avaliação de Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), o valor distribuído seria uma ajuda aos estados que passam por crise. Ele defende a derrubada do veto:

— Porque esse é o único recurso novo que poderá ingressar nos cofres das prefeituras que possa dar a perspectiva do equilíbrio das contas.

Para o líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), o Senado deve trabalhar pela derrubada do veto.

— Vamos defender os nossos estados garantindo que parte da receita da arrecadação da repatriação do dinheiro depositado no exterior seja dividida com estados e municípios.

Orçamento

O reajuste para os beneficiários do Bolsa Família está entre os mais de 50 dispositivos vetados do PLN 1/2015, sobre diretrizes para o Orçamento 2016. Pela proposta aprovada no Congresso, o benefício seria corrigido pela inflação acumulada de maio de 2014 a dezembro de 2015.

Para vetar o dispositivo, a presidente Dilma alegou que não há verba prevista no Orçamento de 2016 para o reajuste.

O veto (VET 64/2015) também retira a previsão de verbas para as vítimas do rompimento da barragem de Mariana (MG).

Já no VET 3/2016, a presidente retirou vários dispositivos do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019. Entre eles, está a auditoria da dívida pública, uma pauta histórica do PT e de outros partidos de esquerda. A justificativa é que o conceito de dívida pública abrange também os estados e os municípios. Portanto, a forma proposta entraria em conflito com o pacto federativo.

Outro trecho vetado garantia fonte de financiamento para todos os projetos em tramitação no Congresso. Segundo o Executivo, a quantidade de propostas que podem gerar gasto representa um potencial de aumento de despesa que torna a iniciativa impraticável.

A perda de receitas foi a alegação da presidente Dilma para vetar dispositivos do PLC 77/2015, sobre estímulos ao desenvolvimento científico. Um dos dispositivos removidos no VET 1/2016 refere-se à isenção do recolhimento de tributos previdenciários sobre bolsas de pesquisa e compra de produtos.

A proposta que ampliava o direito de anistia aos policiais e bombeiros militares que deflagraram greve em meados de 2014 foi integralmente vetada. A presidente justificou o veto (VET 56/2015) ao PLC 17/2015 por ser contrário ao interesse público. Os militares reivindicavam melhores salários.

Veja todos os vetos da pauta: <http://bit.ly/vetosnapauta>

Em vigor há 18 anos, Código de Trânsito Brasileiro é alvo de propostas de atualização

Falta de políticas efetivas que favoreçam a mobilidade, alta taxa de acidentes e segurança de pedestres e ciclistas são alguns dos problemas que ainda desafiam a legislação

Tércio Ribas Torres

O CÓDIGO DE Trânsito Brasileiro (CTB) completou 18 anos de vigência em janeiro. Saudado à época do lançamento como uma legislação ampla e moderna, o código (Lei 9.503/1997) define conceitos, regras de sinalização, papel dos entes públicos, previsão de multas e muitos outros assuntos relacionados ao trânsito — como a obrigatoriedade do cinto de segurança, uma das principais mudanças determinadas pelo CTB.

Para o pesquisador em transporte e meio ambiente Carlos Penna Brescianini, o texto ainda pode ser considerado atual. Com especialização e mestrado na área, Brescianini lembra que o CTB reconhece que as ruas são para todos: pedestres, ciclistas e automóveis. Entretanto, pondera, não temos a execução de políticas que permitam ao Brasil tornar-se um país de alta mobilidade.

— A questão é que a visão do governo tem sido de pensar no transporte público como exclusivamente rodoviário — lamenta.

Ele cita como exemplo a falta de calçadas, apesar de o código prever a existência delas. Na prática, diz o pesquisador, o pedestre é ignorado. Outro exemplo da falta de execução política é a estrutura para os



Para que o Brasil se torne um país de alta mobilidade, avalia pesquisador, é preciso mudar conceitos como a prioridade dada pelos governos ao transporte público rodoviário, predominante em cidades como Brasília

ciclistas. O código prevê “promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas”. Brescianini explica, porém, que a campanha “dirija a 1,5 metro de distância de um ciclista” parece correta, mas não é. Ele lembra que as faixas de rolamento têm entre 2,5 e 3,3 metros de largura. Os veículos têm, em média, de 2 a 3 metros de largura. Assim, questiona, “como permitir um ciclista e um veículo dividirem a mesma

faixa, mantendo 1,5 metro de separação?”

— Os ciclistas são incentivados a usar as ruas disputando o espaço com os automóveis. Isso é gravíssimo — alerta.

Alterações

Ao longo dos anos, o código vem sofrendo alterações. Uma delas foi a Lei Seca (Lei 11.705/2008), que inseriu na legislação medidas para inibir o consumo de bebida alcoó-

lica pelos motoristas. Outra mudança, feita em 2009, exigiu que os carros novos tenham airbag frontal para condutor e passageiro do banco dianteiro. A exigência foi incorporada de forma progressiva, até que em 2014 todos os carros zero quilômetro passaram a sair de fábrica com os airbags frontais. Alteração promovida no ano passado liberou de licenciamento e emplacamento as máquinas agrícolas e os veículos usados para puxar essas máquinas.

Presidente da ONG Trânsito Amigo, Fernando Diniz aponta a proibição de falar ao celular e o uso de cadeirinhas para crianças como evoluções importantes no código. Ele lamenta, no entanto, o fato de muitos pais negligenciarem a compra da cadeirinha certificada pelo Inmetro.

No Senado, há vários projetos que alteram o CTB (*veja quadro*). Um deles é o Projeto de Lei do Senado (PLS) 98/2015, de Davi Alcolumbre (DEM-AP), que exige de todos os motoristas a avaliação psicológica tanto na primeira habilitação como nas renovações.

A legislação atual prevê a avaliação psicológica só para o condutor que exerce atividade remunerada com o veículo. Os demais são submetidos a essa avaliação somente na primeira habilitação. Pelo projeto de Davi, todos os motoristas, estejam ou não no exercício de atividade remunerada, serão submetidos

ao exame psicológico para a primeira habilitação e demais renovações. O senador argumenta que, na primeira avaliação, o candidato vem desprovido da carga emocional acumulada do estresse “que acompanhará sua trajetória a partir de então”. Ele lembra que há muitas doenças psicológicas, como a depressão, que podem comprometer a direção de um veículo.

— Precisamos ter a garantia de que o cidadão está apto para dirigir — declara.

Tecnologia

Ciro Nogueira (PP-PI) é autor de duas propostas que alteram o CTB. Para ele, a atualização do código passa pela tecnologia da segurança. O PLS 195/2012 torna obrigatório o sistema antitravamento de rodas (ABS) para todos os tipos de veículos. Pela legislação atual, as motocicletas,



Davi propõe exame psicológico do condutor nas renovações da habilitação

por exemplo, não são obrigadas a ter esse equipamento. Levantamento do Instituto Avante Brasil mostra que em 2013 os motociclistas representaram 29% das mortes no trânsito.

Ciro também é autor do PLS 191/2014, que inclui como equipamento obrigatório a câmera de marcha a ré, a partir de 2020, para todos os veículos zero quilômetro. A instalação desses dispositivos, explica o senador, visa evitar atropelamentos causados por manobra de veículos em marcha a ré — acidentes que acometem principalmente crianças, idosos e pessoas com deficiência. Um dado agravante neste tipo de acidente, acrescenta o senador, é que em vários casos as vítimas são atropeladas por membros da própria família, “com consequências absolutamente devastadoras para a vida dos envolvidos”.



Ciro defende adoção de sistema ABS e câmeras de marcha a ré nos veículos

Incidência de mortes em acidentes aumenta no país

O Instituto Avante Brasil divulgou, há dois anos, um estudo que aponta o Brasil como o 4º país do mundo em número absoluto de mortes no trânsito. China, Índia e Nigéria ocupam os primeiros lugares do ranking. Na China, em 2010, foram registrados quase 276 mil óbitos no trânsito. O Brasil registrou 43 mil mortes. Dos dez primeiros países na pesquisa, nove não estão no grupo de países mais desenvolvidos. A exceção é os Estados Unidos, país que tem a maior frota de veículos do mundo: mais de 250 milhões de veículos, quase 4 vezes mais que a frota brasileira. Os Estados Unidos apresentam, no entanto, o menor número de mortes por 100 mil pessoas do grupo (11,4, contra 22 do Brasil).

O instituto divulgou no ano passado um estudo com base em informações do Datasus e do Eurostat, organização que produz dados estatísticos para a União Europeia. O estudo compara a evolução da incidência de mortes em acidentes de trânsito no Brasil (de 2000 a 2013) e na União Europeia (de 2000 a 2014). Em 2000, o Brasil registrava 171 mortes em acidente de trânsito por 1 milhão de habitantes. Na União Europeia, esse número foi de 117. Em 2013, o índice do Brasil subiu para 210, enquanto na Europa baixou para 51, em 2014.



Apesar da legislação, taxa de mortalidade do trânsito vem subindo desde 2000

Ao contrário do que vem acontecendo na Europa, que obteve uma queda na taxa de mortes no trânsito nos últimos anos, o Brasil teve um aumento. Para a coordenadora da pesquisa, Flávia Mestriner Botelho, o

número europeu pode ser o resultado da adoção de políticas de prevenção. Vias e carros mais seguros, políticas de conscientização e limites ao tráfego e à velocidade são medidas que poderiam explicar a queda de



Fonte: SIM/Datasus e IBGE

mortes no trânsito da Europa. A pesquisadora registra ainda que a média de crescimento anual de mortes no trânsito brasileiro para este período é de 2,57%. Com base nesses números, pondera, é possível dizer que o Brasil chega a registrar 119 mortes no trânsito por dia e 5 mortes por hora.

Perfil das vítimas

O Instituto Avante Brasil também pesquisou o perfil das vítimas de acidentes entre 2004 e 2013.

As faixas de idade que mais apresentaram crescimento foram a de adultos entre 40 e 59 anos (aumento de quase 40%, passando de 8,5 mil mortes em 2004 para quase 12 mil em 2013) e a de idosos com mais de 60 anos (com aumento de 50%, passando de 4,3 mil mortes para 6,5 mil, entre 2004 e 2013). Os idosos foram as principais vítimas das mortes de pedestres no trânsito em 2013, representando 32% das mortes.

Entre os ciclistas, a faixa etária mais vitimada foi a de adultos entre 30 e 49 anos. Quase a metade das mortes (48%) em decorrência de acidentes com motocicletas são de jovens entre 15 a 29 anos. Já os adultos entre 30 e 49 anos são as principais vítimas dos acidentes que resultam em morte nos automóveis, representando 36% do total.

Faixa de pedestre e ciclovia segregada são bons exemplos

Apesar do alto número de acidentes e mortes, é possível encontrar bons exemplos no trânsito do país. Um deles é o respeito à faixa de pedestre em Brasília.

Cristovam Buarque (PPS-DF) era o governador do Distrito Federal (de 1995 a 1998) quando foi lançada uma grande campanha para que o motorista respeitasse a faixa de pedestre. Segundo o senador, o número de leitos para traumatizados

era insuficiente no início do seu governo. Com a campanha por um trânsito mais seguro e mais humano, porém, os hospitais começaram a registrar sobre leitos para traumatizados.

— Eu gostaria que tivesse isso no Brasil inteiro. As cidades que fazem isso têm uma autoestima muito grande. Brasília tem orgulho de ter respeito à faixa de pedestre — diz o senador, destacando que a qualidade do trânsito passa pela educação,

pelo transporte público e pela redução do número de carros na rua.

Para o pesquisador Carlos Penna Brescianini, um bom exemplo de política de transporte é a construção de ciclovias segregadas — mais seguras em razão da pista separada dos demais veículos —, ainda raras nas cidades brasileiras. Brasília e Campo Grande são exemplos de cidades que já têm ciclovias segregadas. Brescianini concorda com Cristovam na tese de que que não se deve mais incentivar o uso de automóvel particular. Ele informa que já há mais de 75 milhões de automóveis para 202 milhões de brasileiros.

— É praticamente um automóvel para cada três cidadãos.



Cristovam governava o DF quando foi lançada campanha por respeito à faixa

As pessoas têm direito a comprar e usar automóveis, mas o governo tem de ofertar transporte rápido, barato, limpo e seguro para toda a população — afirma.

Veja alguns dos projetos no Senado que alteram o CTB

PROJETO	AUTOR	ONDE ESTÁ	DO QUE TRATA
PLS 50/2015	Ângela Portela (PT-RR)	CCJ	Direciona recursos arrecadados com as multas de trânsito para financiar a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação por pessoas de baixa renda, assim consideradas aquelas com renda familiar mensal inferior a três salários mínimos.
PLS 98/2015	Davi Alcolumbre (DEM-AP)	CCJ	Exige de todos os motoristas a avaliação psicológica a partir da primeira habilitação e suas renovações.
PLS 263/2015	Ronaldo Caiado (DEM-GO)	CCJ	Estabelece que normas e requisitos de segurança veicular para fabricação e montagem de veículos, bem como propostas para solucionar casos omissos na legislação de trânsito, sejam enviadas ao Congresso Nacional.
PLS 459/2015	Marta Suplicy (PMDB-SP)	CCJ	Determina que o condutor seja comunicado da iminente expiração da validade da Carteira Nacional de Habilitação pelo menos 30 dias antes da data, por meio de correspondência postal.
PLS 195/2012	Ciro Nogueira (PP-PI)	CAE	Torna obrigatório o sistema de travamento de rodas (ABS), para todos os tipos de veículos.
PLS 567/2015	Sandra Braga (PMDB-AM)	CCJ	Os órgãos competentes para aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito deverão divulgar na internet a receita proveniente das multas aplicadas, bem como a despesa executada com os recursos recolhidos e os valores contingenciados.
PLS 769/2015	José Serra (PSDB-SP)	Comissão da Agenda Brasil	Define como infração gravíssima o ato de fumar em veículos quando houver passageiros menores de 18 anos.
PLS 726/2015	Lasier Martins (PDT-RS)	CCJ	Disciplina o serviço de transporte privado individual de passageiros, destinado à realização de viagens individualizadas, por intermédio de veículos particulares cadastrados junto às autoridades competentes.
PLS 191/2014	Ciro Nogueira (PP-PI)	CAE	Inclui, como equipamento obrigatório dos veículos automotores, câmera de marcha a ré, a partir de 2020, para todos os veículos zero quilômetro.
PLS 371/2014	Lobão Filho (ex-senador)	CCJ	Limita a fiscalização eletrônica a velocidades superiores a 80 km/h.

Saiba mais

Vídeo da Agência Senado sobre violência no trânsito: <http://bit.ly/cidadaniatransito>

PLS 98/2015: <http://bit.ly/pls98-2015>
PLS 195/2012: <http://bit.ly/pls195-2012>
PLS 191/2014: <http://bit.ly/pls191-2014>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania



Segurança garantida aos pedestres em Brasília orgulha a população, diz senador

Para ONG, bancos precisam ter cota para negro

Educafro aponta como bom exemplo a reserva de vagas para afrodescendentes nas universidades e no setor público. Nas instituições bancárias, são negros apenas 16%

O DIRETOR-EXECUTIVO DA ONG Educafro, frei David Santos, defendeu ontem a criação de cotas para negros nos bancos. Segundo ele, as instituições bancárias têm descumprido suas próprias metas para a inclusão de afrobrasileiros. O religioso falou ontem numa audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Conforme frei David, a medida não seria inédita. Os Estados Unidos, afirmou, obrigam os bancos a contratar um percentual mínimo de negros para trabalhar em suas agências:

— Queremos cota, porque dá realmente resultado. Cota na universidade dá resultado. Cota no serviço público dá resultado — disse.

Uma pesquisa encomendada pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban) em 2008 apontou que, naquele ano, apenas 12% dos funcionários dos bancos da cidade de São Paulo eram negros. Em 2014,



Em audiência conduzida por Paulo Paim (2º à esq.), frei David Santos mostra dados sobre trabalhadores negros em bancos

o número subiu para 16%. De acordo com frei David, porém, o índice ainda está abaixo do aceitável.

— Subiu por quê? Porque nós, negros, marcamos em cima, exigindo nossos direitos. Mas, mesmo assim, nesse ritmo, quantos anos a Febraban vai levar para atender a nossa

real demanda? Somos 53,7% da população. Em quatro anos, subiu em apenas quatro pontos percentuais a quantidade de negros contratados — afirmou.

Deficientes

Outros debatedores relataram que os bancos tampouco cumprem a cota de pessoas

com deficiência que deveriam ser contratadas, nos termos da Lei 8.213/1991. José Roberto Santana da Silva, da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf), afirmou que, em 2008, os bancos tinham apenas 1,8% de trabalhadores com alguma deficiência, segundo

dados da própria Febraban.

— Até 2014 dobrou esse número de trabalhadores com deficiência contratados. Mesmo assim, continuamos muito abaixo do que prevê a Lei de Cotas, que diz que teriam de ser no mínimo 5%. Os próprios bancos admitem que não cumprem essa lei. E ainda há falta de acessibilidade no ambiente de trabalho — afirmou.

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), se comprometeu a promover o diálogo entre os sindicalistas, a Educafro e os bancos. Ele também anunciou que vai solicitar à Febraban dados consolidados sobre a inclusão de negros, deficientes e mulheres nas instituições financeiras.

Participaram ainda da audiência o procurador-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região, Alessandro de Miranda, e o consultor legislativo do Senado Mário Theodoro.



O ministro Celso Pansera, que participará hoje de audiência pública no Senado

Ministro da Ciência e Tecnologia apresenta prioridades aos senadores

As prioridades do Ministério da Ciência e Tecnologia para este ano são o tema da audiência pública que a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) fará hoje, às 8h45. O ministro Celso Pansera apresentará aos senadores os projetos da pasta. A iniciativa da audiência é de Cristovam Buarque (PPS-DF).

Após ouvir o ministro, a comissão votará um requerimento sugerindo que os fundos de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico sejam

a política pública a ser avaliada pelo colegiado em 2016. A proposta é de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

Uma das funções das comissões permanentes do Senado desde 2013 é avaliar as políticas públicas do governo. Em 2015, a CCT avaliou o Programa Ciência sem Fronteiras e aprovou um relatório sugerindo que o programa seja regulamentado por lei, e não mais por decreto.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Audiência hoje aborda seguro de crédito

A comissão mista encarregada de analisar a medida provisória que altera as regras de concessão e operacionalização do seguro de crédito à exportação (SCE) promove hoje, às 10h, uma audiência pública sobre o texto.

A MP 701/2015 autoriza seguradoras e organismos internacionais a oferecerem o SCE com o intuito de ampliar o leque de agentes que podem contratá-lo na venda de produtos brasileiros no exterior. Antes, somente o BNDES podia oferecer o seguro.

O SCE, regulamentado pela Lei 6.704/1979, é uma garantia ao exportador contra o não pagamento dos produtos pelo importador em razão de riscos políticos (como moratória soberana e guerra) e comerciais (como atrasos e falência do importador).

Atualmente, o seguro é administrado pela Agência Brasileira Gestora de Fundos

Garantidores e Garantias (ABGF), instituição ligada ao Ministério da Fazenda.

Para participar da audiência foram convidados representantes da Frente Parlamentar da Agropecuária, da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e da Cooperativa dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool de São Paulo (Copersucar).

Também receberam con-

vites a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) e a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove).

A comissão mista que analisa a MP 701 tem como presidente o deputado Sergio Souza (PMDB-PR) e como relator o senador Douglas Cintra (PTB-PE).

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela



O senador Douglas Cintra, que relata a medida provisória na comissão mista

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burtle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Juristas propõem mudança no Código Tributário

Entre outras simplificações, proposta elaborada pela Comissão da Desburocratização dispensa empresa de apresentar certidão negativa de débito para participar de licitações

A COMISSÃO DA Desburocratização concluiu ontem a discussão de mudanças no Código Tributário Nacional. O texto, que agora será consolidado, deve ser entregue ao presidente do Senado, Renan Calheiros, em reunião prevista para 4 de abril.

Entre os pontos aprovados, está a dispensa de apresentação de certidão negativa de quitação de débitos para que uma empresa participe de licitação. O texto, no entanto, traz um dispositivo para permitir que o Estado exija garantias ou reserva de recursos para o pagamento dos tributos.

— Não se desqualifica a certidão. Apenas para o contribuinte honesto, trabalhador, que está procurando ficar no mercado, mantendo empregos e gerando riquezas, a comissão buscou essa alternativa — disse o presidente do colegiado, ministro Mauro Campbell Marques, do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Outra proposta aprovada foi a revogação de um artigo do Código Tributário que exige a apresentação da prova de quitação de todos os tributos para que seja concedida a recuperação judicial, processo que tem o objetivo de evitar a falência de uma empresa. Para a comissão, é um contrassenso exigir dos credores privados a aceitação das



Em reunião ontem, integrantes da comissão concluem discussão sobre alterações no código, que agora serão reunidas em texto a ser entregue a Renan

condições especiais da recuperação e não fazer o mesmo com créditos tributários. Também foram discutidas mudanças no processo administrativo fiscal, que busca resolver, na instância administrativa, questões relativas à aplicação da legislação tributária.

Colegiado

Formada por 17 juristas, a comissão foi instituída pelo presidente do Senado para discutir projetos que simplifiquem

e tornem mais ágil a administração pública. O prazo para a conclusão do trabalho é 11 de abril, mas pode haver prorrogação.

Entre as principais contribuições que a comissão deve dar, está a criação de um estatuto que contenha normas de simplificação e também punições em caso de descumprimento. Uma das previsões do texto é de que nenhum órgão poderá exigir do cidadão algum dado que já esteja em poder do governo.

O texto vai dar um prazo para que os órgãos criem protocolos de integração para a consulta desses dados.

Também foi elaborada a minuta de proposta de emenda à Constituição que prevê, entre outros itens, a regulamentação dos princípios da administração pública por lei complementar. Essa PEC deve garantir o cumprimento, pelos entes federados, de algumas das mudanças previstas no estatuto e em outros projetos da comissão.

Contas do governo de 2014 podem ser votadas hoje

As contas presidenciais de 2014 podem ser votadas pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) hoje, último dia da atual composição do colegiado, que troca de membros todos os anos.

Se a CMO não votar o relatório do senador Acir Gurgacz (PDT-RO) antes do fim dos mandatos de seus membros, um novo relator será indicado quando a comissão retomar os trabalhos. E todos os prazos e etapas recomeçarão do zero.

O Tribunal de Contas da União (TCU) recomendou por unanimidade a rejeição das contas presidenciais de 2014, em virtude das pedaladas fiscais (manobras contábeis para atrasar o pagamento de operações do Tesouro com bancos públicos) e da edição de créditos suplementares sem a autorização do Congresso. Gurgacz, porém, apresentou relatório pela aprovação, com ressalvas, das contas da presidente Dilma Rousseff. Parlamentares de oposição na CMO entregaram um voto em separado, no qual acatam a recomendação do TCU e pedem a rejeição das contas.

O relatório de Gurgacz já está na pauta desde 24 de fevereiro, mas não foi colocado em votação. A presidente da CMO, senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), disse que o caráter polêmico do assunto e o clima de acirramento político têm impedido a votação.

— Será o último item a ser votado aqui. É o que provoca maior polêmica e com certeza não terá acordo de natureza nenhuma. Vai depender do estado de ânimo. Cada coisa que acontece nesta Casa tem interferência no ânimo político dos membros da comissão — disse, citando como exemplos a representação contra o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, no Conselho de Ética e as discussões em Plenário.

Caso o texto não seja votado hoje, o novo relator terá até 40 dias para elaborar o relatório. Os membros da CMO terão 15 dias para apresentar emendas e o relator, mais 15 dias para entregar o relatório final. Depois disso, são sete dias para a CMO dar o parecer, que seguirá para votação no Plenário do Congresso.

Pauta

A pauta da CMO também conta com duas medidas provisórias de abertura de créditos orçamentários. A MP 711/2016 disponibiliza R\$ 419,5 milhões para o Legislativo, o Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União. A MP 716/2016 concede R\$ 420 milhões aos Ministérios da Defesa, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Ciência, Tecnologia e Inovação. Ambas as MPs têm pareceres favoráveis, com

rejeição de todas as emendas apresentadas.

A pauta também inclui um requerimento ao Ministério da Saúde para informações sobre o uso de verbas em serviços públicos entre 2012 e 2015. Aguarda ainda deliberação uma série de demonstrativos financeiros e relatórios de gestão de órgãos federais e do governo federal.

Troca de partidos

A CMO passará por um período de inatividade a partir de amanhã. A indicação de novos membros não acontecerá de imediato. Isso porque, devido à “janela” para troca de partidos criada pela Emenda Constitucional 91, ainda não foi possível organizar o cálculo de proporcionalidade de bancadas.

A Câmara ainda não recebeu todas as comunicações da Justiça Eleitoral sobre as mudanças de partido. Até que o processo seja concluído, não é possível determinar oficialmente a nova configuração das bancadas na Câmara e, então, a proporcionalidade para os membros da CMO.

Segundo a Secretaria-Geral da Mesa do Congresso, responsável pelo cálculo, a quantidade de vagas para partidos e blocos na CMO deverá ser determinada entre o fim desta semana e o início da próxima. A partir daí, as lideranças poderão indicar os membros.

Medida que alterou seguro para exportação será tema de audiência

A comissão mista de senadores e deputados que analisa a MP 701/2015 faz audiência pública interativa hoje, às 10h, para debater a proposta. A MP alterou regras de concessão e operacionalização do Seguro de Crédito à Exportação.

Foram convidados representantes da Frente Parlamentar da Agropecuária, da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), da Cooperativa dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, da

Associação Brasileira de Proteína Animal e da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais.

A MP autorizou seguradoras e organismos internacionais a oferecer o Seguro de Crédito à Exportação. O objetivo é ampliar o leque de agentes que podem oferecer o seguro destinado à venda de produtos brasileiros no exterior, hoje concentrado no BNDES.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Capiberibe rejeita atraso de salário de servidores do Amapá

João Capiberibe (PSB-AP) manifestou total indignação com o anúncio do governador do Amapá, Waldez Góes, de que o salário de março dos funcionários públicos do estado será pago com atraso e em parcelas.

Para o senador, isso é consequência do descontrole dos gastos públicos e do inchaço da máquina, com a contratação de cabos eleitorais. Ele sugeriu que a sociedade passe a ter controle social dos gastos públicos e propôs a criação de um comitê, formado por cidadãos, para fiscalizar o dinheiro.



Moreira Moutz/Agência Senado

Para Lira, impostos condenam país ao subdesenvolvimento

Raimundo Lira (PMDB-PB) criticou a elevada carga tributária do Brasil, que, disse, atingiu um nível que condena o país ao subdesenvolvimento.

O senador afirmou que os impostos “confiscam” cinco meses de trabalho do cidadão e atingem 36% do PIB, situação que impede o crescimento sustentável e vai na contramão de países que enfrentaram a crise mundial baixando os impostos. Ele advertiu aos senadores que não é possível apoiar projetos que aumentem os impostos.



Moreira Moutz/Agência Senado

Parlamentares da oposição e da base do governo se revezaram na tribuna para debater a crise política do país e a possibilidade de Dilma Rousseff ser afastada do poder

Chance de impeachment repercute no Senado

O pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff, que está sendo analisado pela Câmara dos Deputados, foi o assunto predominante nos discursos no Plenário do Senado de

ontem. Enquanto os parlamentares da situação apontam não haver base jurídica para o processo, classificando como golpe a tentativa de afastamento e questionando sua continuidade, a oposição

alega que o julgamento será político e que não há ilegalidade na tramitação. A necessidade de que os senadores se posicionem e a importância de dialogar também foram citadas na tribuna.

Humberto Costa anuncia manifestação contra a destituição

O líder do governo, Humberto Costa (PT-PE), conclamou os cidadãos contrários à destituição da presidente Dilma Rousseff a irem às ruas nesta quinta-feira. O objetivo é manifestar repúdio ao processo de impeachment contra Dilma que tramita na Câmara e que o senador classifica como “ilegítimo, ilegal, imoral” e tentativa de golpe.

Ele disse que a data, 31 de março, é sugestiva porque marca os 52 anos do Golpe de 1964, que deu início ao regime militar. Para Costa, é importante que a sociedade tenha em mente que o impeachment, apesar de previsto na Constituição, é um mecanismo que só pode ser aplicado quando for comprovado crime de responsabilidade.

— Vamos lutar até o último momento pela legalidade, pela manutenção da ordem democrática — afirmou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Para Ana Amélia, parlamentares não podem se omitir

A população está nas ruas se manifestando contra o governo e a corrupção em nome da cidadania, segundo Ana Amélia (PP-RS). Para a senadora, a vigilância dos cidadãos obriga as autoridades a terem responsabilidade no momento de crise.

— Se o resultado final não for o defendido pelas ruas, os parlamentares poderão ser comparados a cúmplices de irregularidades — advertiu.

Ana Amélia disse que vários juristas, incluindo ministros do STF, afirmam que o impeachment não seria um golpe.

— A ameaça de que o país será incendiado por greves e ocupações caso a presidente Dilma seja afastada do cargo foi feita por um líder do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto de São Paulo, Guilherme Boulos. Não se pode admitir uma coisa desta! E nada acontece? — questionou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Alvaro diz que Dilma será afastada por um julgamento político

O impeachment da presidente Dilma será consequência de um julgamento político no Congresso, disse Alvaro Dias (PV-PR).

Para o senador, no processo que pede o afastamento, “se apresenta diante da sociedade a existência de um complexo e sofisticado esquema de corrupção, idealizado em nome de um projeto de poder de longo prazo”. Alvaro afirmou que o processo tem três vértices: o parecer do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre irregularidades fiscais, a Operação Lava-Jato da Polícia Federal, com investigações do Ministério Público, e acusações no Tribunal Superior Eleitoral.

— As fartas provas de irregularidades apontadas por essas instituições contribuem para um julgamento político, que certamente terá também pressupostos jurídicos indispensáveis à sua sustentação.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Segundo Pimentel, processo não respeita as exigências legais

Enquanto os deputados estão analisando com rapidez o processo pelo impeachment de Dilma, o pedido de cassação do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), “caminha a passos de tartaruga”, reclamou José Pimentel (PT-CE).

O senador avalia que o pedido de impeachment não respeita as exigências legais e destacou que um grupo de juristas, advogados, professores de Direito e estudantes entregou à presidente da República um manifesto defendendo a legalidade e a democracia e condenando o pedido de afastamento de Dilma.

— Tem havido ataques ao Estado de Direito, como violação de sigilo telefônico em conversa de Dilma com o ex-presidente Lula. Erros do juiz Sérgio Moro, na Operação Lava-Jato, já estão sendo revistos pelo Supremo Tribunal Federal.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Gleisi afirma que programas sociais correm risco de corte

Gleisi Hoffmann (PT-PR) afirmou que, se a presidente Dilma sofrer impeachment, há risco para os programas de transferência de renda tocados pelo governo.

— Minha Casa, Minha Vida, Bolsa Família, Fies e tantos outros que beneficiam os mais pobres correm sério risco de sofrer corte se Dilma for impedida de continuar seu governo.

O pedido de impeachment não tem nada a ver com a Operação Lava-Jato ou com o combate à corrupção, disse a senadora. Segundo ela, que sustenta esse pedido “é a vontade do PSDB de assumir o poder sem a necessidade de voto”.

— Caso haja mesmo o impeachment, o ministro da Fazenda de um possível governo de Michel Temer deve ser Armínio Fraga, que foi coordenador de economia do programa de governo da candidatura de Aécio Neves [PSDB-MG].



Moreira Matiz/Agência Senado

Lindbergh volta a criticar pedido de impedimento

Lindbergh Farias (PT-RJ) voltou a classificar de “golpe” o processo de impeachment, argumentando que não há base jurídica para isso.

O senador ressaltou a repercussão da denúncia do “golpe” na imprensa internacional, condenou setores da sociedade que, segundo ele, aproveitam a crise do país para promover uma conspiração contra o governo e pela volta do neoliberalismo. Lindbergh criticou duramente o Programa Uma Ponte Para o Futuro, apresentado pelo PMDB, que segundo o senador, levará ao fim da política de valorização do salário mínimo e prejudicará os orçamentos da saúde e da educação.

— O decisivo não é o julgamento conjuntural da mídia venal e dos cultores do ódio: é o julgamento da história.



Moreira Matiz/Agência Senado

Blairo diz que não há ilegalidade em possível afastamento

Para Blairo Maggi (PR-MT), o julgamento do crime de responsabilidade do presidente da República está previsto na Constituição, e não há qualquer ilegalidade no processo aberto na Câmara dos Deputados, que já criou comissão para avaliar o pedido de impeachment de Dilma Rousseff.

O senador disse que golpe foi cometido em 2014, quando a própria Dilma garantiu aos eleitores que daria continuidade às suas políticas e, após ganhar as eleições, mudou a direção e reconheceu que a situação econômica do país não era tão favorável, como já alertavam alguns setores da sociedade.

— E eu espero que no voto a gente resolva o problema político do Brasil, para que a gente possa resolver o problema da economia brasileira.



Moreira Matiz/Agência Senado

José Medeiros elogia atuação da força-tarefa da Lava-Jato

José Medeiros (sem partido-MT) elogiou os servidores da Operação Lava-Jato, especialmente os que participaram da coleta e divulgação do áudio de conversas da presidente da República, Dilma Rousseff, com o ex-presidente Lula.

— A garantia do indivíduo ao devido processo legal não lhe autoriza a utilizar das prerrogativas intrínsecas ao cargo que exerce para prejudicar ou obstar o processo investigatório. Transformar o Palácio do Planalto em um bunker para proteger os seus aliados e atacar todos os demais não é uma garantia constitucional.

O senador acrescentou que não é certo o discurso dos que questionam a Polícia Federal, o Ministério Público e o Judiciário, mas não veem nada errado nas práticas do governo e do PT.



Moreira Matiz/Agência Senado

Paim aponta diálogo como solução para superar crise

Após observar que o país vive um momento de instabilidade social, política e econômica e que há uma expectativa grande sobre a decisão que o PMDB tomará hoje em relação ao governo, o senador Paulo Paim (PT-RS) observou que o melhor caminho para o país superar essas dificuldades é o diálogo.

Paulo Paim comentou ainda as notícias de listas com nomes de políticos que teriam recebido dinheiro de empreiteiras desde a constituinte advertindo que prejulgamentos devem ser evitados.

— Não estamos na lista. Agora, não sou daqueles que vêm aqui dizer que quem está na lista é culpado. As pessoas não podem fazer prejulgamento porque ouviram falar ou leram no jornal. Então, o momento, para mim, não é de ódio, não é de violência, não é de condenar por antecipação. É de bom senso. Para o nosso país, a melhor forma é o diálogo.

Vanessa diz que PCdoB se levanta contra “tentativa de golpe”

Ao celebrar os 94 anos do Partido Comunista do Brasil, Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) disse que o partido tem uma história em defesa do Brasil, da democracia e do povo brasileiro desde 1922.

Vanessa afirmou que neste momento o partido se levanta contra o que entende ser uma tentativa de golpe contra a presidente da República, Dilma Rousseff.

— Podemos afirmar que a presidente não está sendo vítima dessa armação por suas falhas, mas sim por suas conquistas.

A senadora destacou a participação ativa do partido em várias conquistas, como o voto secreto e a liberdade religiosa, que foi garantida por uma emenda de um deputado comunista na Assembleia Constituinte de 1946.



Jefferson Rudy/Agência Senado